



investco

INVESTCO S.A.
CNPJ/MF nº 00.644.907/0001-93
NIRE 17.300.000.914
Companhia Aberta
("Companhia")

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Srs.
Acionistas
Investco S.A.

| | | |
|--------------------|--|----------------|
| Anexo I - | Edital de Convocação..... | Pág. 03 |
| Anexo II - | Comentários dos Diretores da Companhia..... <i>Contas dos Administradores referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2018</i> | Pág. 04 |
| Anexo III - | Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2018..... | Pág. 21 |
| Anexo IV- | Informações sobre os Conselheiros de Administração..... | Pág. 26 |
| Anexo V - | Informações acerca da Remuneração dos Administradores..... <i>De abril/2019 a março/2020, inclusive.</i> | Pág. 32 |
| Anexo VI- | Alteração dos jornais de publicação legal da Companhia..... | Pág.43 |

ANEXO I

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 25 de abril de 2019, às 10 horas, na sede social, na Rodovia TO Miracema, Km 23, s/nº, Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores externos independentes, referentes ao exercício findo em 31.12.2018; **(b)** aprovar a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos referente ao exercício de 2018; **(c)** eleger membros do conselho de administração para um novo mandato; **(d)** fixar a remuneração global dos administradores; e **(e)** alterar o jornal de grande circulação em que a Companhia realiza suas publicações legais.

Os documentos mencionados na ordem do dia estão disponíveis para consulta dos Srs. Acionistas na sede da Companhia e foram encaminhados para a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, nos termos da legislação aplicável.

As pessoas que comparecerem à Assembleia deverão provar a sua qualidade de acionista mediante apresentação de documento de identidade e/ou procuração outorgada por acionista da Companhia, na forma e prazo do Art. 126, § 1º da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, conforme alterada.

Miracema do Tocantins, 25 de março de 2019.

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO II

Comentário dos Diretores da Companhia

Item 10 – Formulário de Referência

Instrução CVM 480/2009

10.1. Comentários dos Diretores da Investco S.A. (“Companhia”) sobre:

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

| | 2018 | 2017 | 2016 |
|----------|------------|------------|------------|
| CCL (*) | -R\$16.522 | -R\$68.504 | -R\$76.580 |
| ILC (**) | 0,69 | 0,49 | 0,46 |

(*) Capital Circulante Líquido: corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante

(**) Índice de Liquidez Corrente: índice obtido pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.

Examinando os índices acima os nossos diretores entendem que, mesmo com o capital circulante líquido negativo nos 3 últimos exercícios, a Companhia possui liquidez satisfatória, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo. Em 2018 o aumento do CCL reflete, principalmente, o pagamento das obrigações tributárias.

b) Estrutura de capital

| | 2018 | 2017 | 2016 |
|------------------------|---------------|---------------|---------------|
| Dívida bruta | 93.311 | 93.757 | 94.942 |
| (-) Disponibilidades | 1.761 | 23.590 | 25.712 |
| Dívida líquida | 91.550 | 70.167 | 69.230 |

| Estrutura de Capital | 2018 | | 2017 | | 2016 | |
|----------------------|------------------|---------------|------------------|---------------|------------------|---------------|
| Capital próprio | 895.878 | 79,1% | 889.656 | 73,7% | 924.766 | 74,0% |
| Capital de terceiros | 236.113 | 20,9% | 317.308 | 26,3% | 325.129 | 26,0% |
| Total | 1.131.991 | 100,0% | 1.206.964 | 100,0% | 1.249.895 | 100,0% |

Os diretores da Companhia entendem que a atual estrutura de capital apresenta níveis adequados de alavancagem, respeitando os níveis de retorno e risco alinhados ao seu crescimento sustentável.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Os diretores da Companhia acreditam que os níveis de alavancagem são adequados.

A relação dívida líquida/EBITDA, encerrou o ano de 2018 em 0,80 vezes, nos mantendo em nível confortável de alavancagem. O aumento do índice decorre, principalmente, do pagamento dos ajustes fiscais realizados nas bases de Imposto de Renda e Contribuição Social, bem como pagamento dos dividendos. Para o período de 2017, o índice foi de 0,48 vezes e 0,28 em 2016.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizados.

Para financiar o capital de giro e os investimentos em ativos não circulantes (“CAPEX”), a Companhia se utiliza do caixa gerado por suas atividades, bem como de empréstimos e financiamentos contraídos junto a instituições financeiras, quando necessário.

Para os últimos 3 exercícios, a Companhia não contraiu empréstimos junto a terceiros para investimentos em ativos não circulantes. A empresa realizou a captação de CCB (Cédula de Crédito Bancário), para obtenção de capital de giro, quitados em agosto de 2018.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os diretores entendem que a situação é confortável em relação às fontes de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes, tendo em vista, principalmente, a capacidade de geração de caixa da Companhia e fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez, quando essa situação o exigir.

A decisão de financiamento passa por uma análise dos Diretores, que buscam analisar as opções disponíveis no momento, dependendo das condições de mercado, almejando sempre o prazo médio máximo para taxas de juros correspondentes.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A Companhia encerrou o exercício de 2018 apenas com a dívida das ações preferenciais resgatáveis A, B e C. Estas ações foram emitidas pela Companhia pelo valor patrimonial de R\$157.335, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos.

Devido à suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato de a Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela a seguir apresenta o endividamento da Companhia para os exercícios indicados:

| Categoria | Formas de Pagamento | 2018 | 2017 | 2016 |
|--|--|--------|--------|--------|
| Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C" | Dividendos anuais e pagamento do principal ao término da concessão | 93.311 | 93.757 | 94.942 |

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não se aplica.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não se aplica.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não há.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A discussão a seguir, sobre a situação financeira e o resultado das operações da Companhia, reflete o entendimento dos nossos Diretores e deverá ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 e respectivas notas explicativas, bem como com as informações constantes dos demais itens deste Formulário de Referência.

Conforme descrito no item 3.9 deste Formulário de Referência, a Companhia reapresentou suas demonstrações financeiras relativas à 2016. Desta forma, os valores apresentados a seguir também foram reapresentados em relação aos Formulários de Referência anteriores, visando a comparabilidade dos saldos apresentados.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

| | 31/12/2018 A.V. | | 31/12/2017 A.V. | | 31/12/2016 A.V. | | Variação 2018-2017 | Variação 2017-2016 |
|---|-----------------|------|-----------------|------|-----------------|------|-----------------------|-----------------------|
| Receita operacional líquida | 144.888 | 100% | 176.791 | 100% | 278.750 | 100% | -18,0% | -36,6% |
| Custo da produção e do serviço de energia elétrica | | | | | | | | |
| Custo do serviço de energia elétrica | -1.439 | -1% | -1.155 | -1% | -1.445 | -1% | 24,6% | -20,1% |
| Custo de operação | -69.539 | -48% | -68.138 | -39% | -58.773 | -21% | 2,1% | 15,9% |
| Lucro bruto | 73.910 | 51% | 107.498 | 61% | 218.532 | 78% | -31,2% | -50,8% |
| Despesas e Receitas operacionais | | | | | | | | |
| Despesas com vendas | - | 0% | - | 0% | - | 0% | | |
| Despesas gerais e administrativas | -12.446 | -9% | -11.687 | -7% | -15.172 | -5% | 6,5% | -23,0% |
| Outras despesas e receitas operacionais | -502 | 0% | -1.703 | -1% | 122 | 0% | -70,5% | -1495,9% |
| | -12.948 | -9% | -13.390 | -8% | -15.050 | -5% | -3,3% | -11,0% |
| Resultado antes do resultado financeiro e tributos | 60.962 | 42% | 94.108 | 53% | 203.482 | 73% | -35,2% | -53,8% |
| Resultado financeiro | | | | | | | | |
| Receitas financeiras | 1.616 | 1% | 4.191 | 2% | 8.604 | 3% | -61,4% | -51,3% |
| Despesas financeiras | -20.761 | -14% | -36.760 | -21% | -72.291 | -26% | -43,5% | -49,1% |
| | -19.145 | -13% | -32.569 | -18% | -63.687 | -23% | -41,2% | -48,9% |
| Resultado antes dos tributos sobre o lucro | 41.817 | 29% | 61.539 | 35% | 139.795 | 50% | -32,0% | -56,0% |
| Imposto de renda e contribuição social corrente: | -7.101 | -5% | -15.480 | -9% | -47.204 | -17% | -54,1% | -67,2% |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 3.202 | 2% | 1.753 | 1% | 2.808 | 1% | 82,7% | -37,6% |
| | -3.899 | -3% | -13.727 | -8% | -44.396 | -16% | -71,6% | -69,1% |
| Resultado líquido do exercício | 37.918 | 26% | 47.812 | 27% | 95.399 | 34% | -20,7% | -49,9% |

Resultados operacionais 2018 e 2017

Receita líquida: Houve um decréscimo de 18,0% na receita líquida em relação ao mesmo período do ano anterior. O principal determinante da variação foi a aplicação do coeficiente de ajuste do Contrato de Arrendamento, que contempla tanto a recomposição por índice de inflação quanto pela depreciação da base de ativos da Companhia.

Custo do serviço de energia elétrica: O aumento de 24,6% em relação ao exercício anterior deve-se, principalmente, pelo custo com energia comprada para revenda em decorrência do menor ressarcimento do GSF, bem como variação do PLD no período.

Custo de operação: Os custos de operação apresentaram um aumento de 2,1%, decorrente, principalmente, do aumento de R\$1.649 do custo de depreciação devido alteração no prazo para depreciação das linhas de transmissão em virtude da expectativa para antecipação da transferência dos bens à Taesa, vencedora do Leilão de Transmissão nº13/15-ANEEL

Despesas e receitas operacionais: Nossas despesas e receitas operacionais reduziram 3,3%, devido, principalmente, a:

- Despesas gerais e administrativas: Aumento de 6,5% principalmente, devido a maiores gastos com pessoal em remuneração e encargos.
- Outras despesas (receitas) operacionais: Redução de 70,5% referente a reversão das contingências provisionadas no exercício anterior.

Resultado financeiro líquido: O resultado financeiro da Companhia reduziu 41,2%. A redução das receitas financeiras em 61,4% é decorrente, principalmente, do menor rendimento de aplicações financeiras, em virtude de um CDI menor em 2018 em relação ao exercício anterior, bem como redução do saldo aplicado. A redução de 43,5% das despesas financeiras é justificada, principalmente, pela menor distribuição de dividendos adicionais para as ações preferenciais de classe A, B e C que, por serem classificadas como passivo financeiro, tem como contrapartida, os encargos de dívida nas despesas financeiras.

Imposto de renda e contribuição social: Redução de 71,6% frente ao ano anterior principalmente pelo menor lucro tributável da Companhia.

Resultados operacionais 2017 e 2016

Receita líquida: Houve um decréscimo de 36,6% na receita líquida em relação ao mesmo período do ano anterior. O principal determinante da variação foi a aplicação do coeficiente de ajuste do Contrato de Arrendamento, que contempla tanto a recomposição por índice de inflação quanto pela depreciação da base de ativos da Companhia.

Custo do serviço de energia elétrica: A redução de 20,1% em relação ao exercício anterior deve-se, principalmente, pelo custo com energia comprada para revenda em decorrência do menor impacto do GSF e PLD no período.

Custo de operação: Os custos de operação apresentaram um aumento de 15,9%, decorrente, principalmente, do aumento de R\$6.356 do custo de depreciação devido a depreciação acelerada da linha de transmissão LT 500 kV Miracema-Lajeado e a subestação SE 500/230kV Lajeado, uma vez que a supracitada foi leiloada para a Taesa no Leilão de Transmissão nº 13/2015-ANEEL. Os respectivos ativos serão transferidos sem ônus à Taesa até 27 de dezembro de 2019.

Despesas e receitas operacionais: Nossas despesas e receitas operacionais reduziram 11,0%, devido, principalmente, a:

- Despesas gerais e administrativas: Redução de 23,0%, principalmente, devido à redução de gastos com reformas/manutenções de imóveis em relação ao exercício anterior.
- Outras despesas (receitas) operacionais: A Companhia incorreu em contingências referente a dois autos de infração lavrados pertinentes a diferencial de alíquota de ICMS em operações interestaduais no valor de R\$1,7 milhões.

Resultado financeiro líquido: O resultado financeiro da Companhia reduziu 48,9%. A redução das receitas financeiras em 51,3% é decorrente, principalmente, do menor rendimento de aplicações financeiras, em virtude de um CDI menor em 2017 em relação ao exercício anterior. Já a redução de 49,1% das despesas financeiras é justificada, principalmente, pela menor distribuição de dividendos adicionais para as ações preferenciais de classe A, B e C que, por serem classificadas como passivo financeiro, tem como contrapartida, os encargos de dívida nas despesas financeiras.

Imposto de renda e contribuição social: Redução de 69,1% frente ao ano anterior principalmente pelo menor lucro tributável da Companhia e ajuste de tributos sobre as Ações preferenciais

BALANÇOS PATRIMONIAIS

| | 31/12/2018 | | 31/12/2017 | | 31/12/2016 | | 31/12/2015 | | Varição | Varição |
|--------------------------------------|------------------|---------------|------------------|---------------|------------------|---------------|------------------|---------------|-----------|-----------|
| | AV | | AV | | AV | | AV | | 2018-2017 | 2017-2016 |
| ATIVO | | | | | | | | | | |
| Circulante | | | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.761 | 0,2% | 23.590 | 2,0% | 25.712 | 2,1% | 49.663 | 3,8% | -92,5% | -8,3% |
| Concessionárias | 1.914 | 0,2% | 1.303 | 0,1% | 932 | 0,1% | 1.200 | 0,1% | 46,9% | 39,8% |
| Impostos e contribuições sociais | 13.541 | 1,2% | 17.805 | 1,5% | 7.717 | 0,6% | 7.991 | 0,6% | -23,9% | 130,7% |
| Estoque | 5.953 | 0,5% | 5.493 | 0,5% | 4.839 | 0,4% | 4.503 | 0,3% | 8,4% | 13,5% |
| Rendas a receber | 12.682 | 1,1% | 15.620 | 1,3% | 25.065 | 2,0% | 19.215 | 1,5% | -18,8% | -37,7% |
| Outros créditos | 1.497 | 0,1% | 717 | 0,1% | 614 | 0,0% | 660 | 0,1% | 108,8% | 16,8% |
| Total do Ativo Circulante | 37.348 | 3,3% | 64.528 | 5,3% | 64.879 | 5,2% | 83.232 | 6,4% | -42,1% | -0,5% |
| Não Circulante | | | | | | | | | | |
| Cauções e depósitos vinculados | 635 | 0,1% | 713 | 0,1% | 652 | 0,1% | 550 | 0,0% | -10,9% | 9,4% |
| Outros créditos | 618 | 0,1% | 587 | 0,0% | 721 | 0,1% | 653 | 0,1% | 5,3% | -18,6% |
| | 1.253 | 0,1% | 1.300 | 0,1% | 1.373 | 0,1% | 1.203 | 0,1% | -3,6% | -5,3% |
| Imobilizado | 1.081.565 | 95,5% | 1.126.517 | 93,3% | 1.166.383 | 93,3% | 1.201.996 | 92,4% | -4,0% | -3,4% |
| Intangível | 11.825 | 1,0% | 14.619 | 1,2% | 17.260 | 1,4% | 14.177 | 1,1% | -19,1% | -15,3% |
| | 1.093.390 | 96,6% | 1.141.136 | 94,5% | 1.183.643 | 94,7% | 1.216.173 | 93,5% | -4,2% | -3,6% |
| Total do Ativo Não Circulante | 1.094.643 | 96,7% | 1.142.436 | 94,7% | 1.185.016 | 94,8% | 1.217.376 | 93,6% | -4,2% | -3,6% |
| TOTAL DO ATIVO | 1.131.991 | 100,0% | 1.206.964 | 100,0% | 1.249.895 | 100,0% | 1.300.608 | 100,0% | -6,2% | -3,4% |

| | 31/12/2018 | | 31/12/2017 | | 31/12/2016 | | 31/12/2015 | | Varição | Varição |
|---|------------------|---------------|------------------|---------------|------------------|---------------|------------------|---------------|-----------|-----------|
| | AV | | AV | | AV | | AV | | 2018-2017 | 2017-2016 |
| PASSIVO | | | | | | | | | | |
| Circulante | | | | | | | | | | |
| Fornecedores | 5.486 | 0,5% | 2.846 | 0,2% | 2.218 | 0,2% | 4.762 | 0,4% | 92,8% | 28,3% |
| Impostos e contribuições sociais | 6.100 | 0,5% | 75.976 | 6,3% | 65.675 | 5,3% | 40.529 | 3,1% | -92,0% | 15,7% |
| Dividendos | 22.910 | 2,0% | 32.541 | 2,7% | 43.920 | 3,5% | 32.459 | 2,5% | -29,6% | -25,9% |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas | 5.529 | 0,5% | 8.488 | 0,7% | 11.985 | 1,0% | 8.488 | 0,7% | -34,9% | -29,2% |
| Benefícios pós-emprego | 31 | 0,0% | 23 | 0,0% | 57 | 0,0% | 39 | 0,0% | 34,8% | -59,6% |
| Obrigações Sociais e Trabalhistas | 2.100 | 0,2% | 2.071 | 0,2% | 2.222 | 0,2% | 1.748 | 0,1% | 1,4% | -6,8% |
| Encargos Setoriais | 44 | 0,0% | 36 | 0,0% | 27 | 0,0% | 38 | 0,0% | 22,2% | 33,3% |
| Uso do bem público | 4.998 | 0,4% | 4.574 | 0,4% | 4.584 | 0,4% | 4.268 | 0,3% | 9,3% | -0,2% |
| Provisões | 5.465 | 0,5% | 6.063 | 0,5% | 10.354 | 0,8% | 10.829 | 0,8% | -9,9% | -41,4% |
| Outras contas a pagar | 1.207 | 0,1% | 414 | 0,0% | 417 | 0,0% | 579 | 0,0% | 191,5% | -0,7% |
| Total do Passivo Circulante | 53.870 | 4,8% | 133.032 | 11,0% | 141.459 | 11,3% | 103.739 | 8,0% | -59,5% | -6,0% |
| Não Circulante | | | | | | | | | | |
| Tributos diferidos | 34.222 | 3,0% | 37.438 | 3,1% | 39.170 | 3,1% | 41.992 | 3,2% | -8,6% | -4,4% |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas | 87.782 | 7,8% | 85.269 | 7,1% | 82.957 | 6,6% | 80.830 | 6,2% | 2,9% | 2,8% |
| Benefícios pós-emprego | 906 | 0,1% | 711 | 0,1% | 642 | 0,1% | 505 | 0,0% | 27,4% | 10,7% |
| Uso do bem público | 44.298 | 3,9% | 43.023 | 3,6% | 45.175 | 3,6% | 43.845 | 3,4% | 3,0% | -4,8% |
| Provisões | 14.207 | 1,3% | 16.972 | 1,4% | 15.678 | 1,3% | 12.239 | 0,9% | -16,3% | 8,3% |
| Outras contas a pagar | 828 | 0,1% | 863 | 0,1% | 48 | 0,0% | 351 | 0,0% | -4,1% | 1697,9% |
| Total do Passivo Não Circulante | 182.243 | 16,1% | 184.276 | 15,3% | 183.670 | 14,7% | 179.762 | 13,8% | -1,1% | 0,3% |
| Patrimônio Líquido | | | | | | | | | | |
| Capital social | 804.459 | 71,1% | 804.459 | 66,7% | 804.459 | 64,4% | 804.459 | 61,9% | 0,0% | 0,0% |
| Reservas de capital | 14.473 | 1,3% | 14.473 | 1,2% | 14.473 | 1,2% | 14.473 | 1,1% | 0,0% | 0,0% |
| Reservas de lucros | 76.622 | 6,8% | 70.351 | 5,8% | 189.026 | 15,1% | 259.794 | 20,0% | 8,9% | -62,8% |
| Outros resultados abrangentes | 324 | 0,0% | 373 | 0,0% | 331 | 0,0% | 356 | 0,0% | -13,1% | 12,7% |
| Prejuízos acumulados | - | 0,0% | - | 0,0% | (83.523) | -6,7% | (61.975) | -4,8% | | -100,0% |
| Total do Patrimônio Líquido | 895.878 | 79,1% | 889.656 | 73,7% | 924.766 | 74,0% | 1.017.107 | 78,2% | 0,7% | -3,8% |
| TOTAL DO PASSIVO | 1.131.991 | 100,0% | 1.206.964 | 100,0% | 1.249.895 | 100,0% | 1.300.608 | 100,0% | -6,2% | -3,4% |

Comparação das principais Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

ATIVO

Circulante

Caixa e equivalente de caixa: A redução de 92,5% decorre principalmente do pagamento referente aos ajustes fiscais realizados nas bases de Imposto de Renda e Contribuição Social no exercício anterior, bem como pagamento dos dividendos.

Impostos e contribuições sociais: A redução de 23,9% referente, principalmente a expectativa de IRPJ sobre o Lucro do Exercício.

Rendas a receber: A redução de 18,8% foi decorrente de dois aspectos: (i) devido o IPCA realizado em 2017 ser menor que o IPCA projetado para o exercício, houve um decréscimo no IPCA para o exercício de 2017 refletido no CA; e (ii) redução do IPCA projetado para o exercício de 2018 em relação ao exercício anterior de 0,91 p.p..

Outros créditos: Aumento de 108,8% devido, principalmente, ao pagamento de despesa antecipada referente a contratação de seguro.

Não circulante

Imobilizado: A redução de 4,0% deve-se, principalmente, a depreciação dos ativos durante o ano, tendo em vista o efeito da depreciação acelerada da linha de transmissão leiloadada em abril/16.

Intangível: A redução de 19,1% é decorrente da amortização dos intangíveis em serviço.

PASSIVO

Circulante

Fornecedores: O saldo de fornecedores foi 92,8% superior ao mesmo período de 2017, principalmente, pelo aumento no nível de materiais e serviços contratados durante o ano de 2018.

Impostos e contribuições sociais: Redução de 92,0% devido, principalmente, pagamento dos ajustes de tributos sobre as Ações preferenciais constituídos no exercício de 2017.

Dividendos: Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da conta de dividendos era de R\$22.910, apresentando diminuição de 29,6% quando comparado ao ano anterior devido ao lucro líquido do exercício atual ser inferior ao ano de 2017.

Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas: A diminuição de 34,9% foi em virtude, principalmente, do pagamento de encargo de dívidas e também da redução dos dividendos sobre as ações preferenciais de classe A, B e C em relação à 2017.

Outras contas a pagar: Aumento de 191,5% devido adiantamento de cliente.

Não circulante

Tributos Diferidos: A redução de 8,6%% em relação ao ano de 2017 é decorrente do ajuste das Ações Preferenciais Resgatáveis.

Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas: O aumento de 2,9% é decorrente do ajuste a valor presente sobre o saldo das ações preferenciais reconhecidas a valor justo de acordo com o CPC 39.

Uso do Bem Público: Aumento de 3,0% referente a atualização financeira (pelo IGP-M) do saldo total, combinada à transferência para o passivo circulante das parcelas inferiores a um ano e de ajustes a valor presente.

Provisões: Redução de 16,3% devido principalmente a transferência do saldo de licenças ambientais para o curto prazo.

Patrimônio líquido

Aumento de 0,7% principalmente devido a constituição da reserva de retenção de lucros referente a dividendos suplementares das ações preferenciais de Classes "A" e "C".

Comparação das principais Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

ATIVO

Circulante

Impostos e contribuições sociais: O aumento de 130,7% é decorrente do adiantamento de R\$18.117 pertinente ao pagamento da antecipação do imposto de renda e contribuição social de 2017.

Rendas a receber: A redução de 37,7% foi decorrente de dois aspectos: (i) devido o IPCA realizado em 2016 ser menor que o IPCA projetado para o exercício, houve um decréscimo no IPCA para o exercício de 2016 refletido no CA; e (ii) redução do IPCA projetado para o exercício de 2017 em relação ao exercício anterior de 4,92 p.p..

Não circulante

Imobilizado: A redução de 3,4% é em virtude das adições ao imobilizado no período serem inferiores a depreciação dos ativos durante o ano, tendo em vista o efeito da depreciação acelerada da linha de transmissão leiloadada em abril/16.

Intangível: A redução de 15,3% é decorrente da amortização dos intangíveis em serviço.

PASSIVO

Circulante

Fornecedores: O saldo de fornecedores foi 28,3% superior ao mesmo período de 2016, principalmente, pelo aumento no nível de materiais e serviços contratados durante o ano de 2017.

Impostos e contribuições sociais: O aumento de 15,7% foi em decorrência, basicamente, de dois aspectos: (i) do Imposto de renda retido sobre os Juros sobre capital próprio do ano de 2017 ser inferior ao do ano de 2016; e (ii) dos ajustes de tributos sobre as Ações preferenciais.

Dividendos: Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da conta de dividendos era de R\$32.541, apresentando diminuição de 25,9% quando comparado ao ano anterior devido ao lucro líquido do exercício atual ser inferior ao ano de 2016.

Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas: A diminuição de 29,2% foi em virtude, principalmente, do pagamento de encargo de dívidas e também da redução dos dividendos sobre as ações preferenciais de classe A, B e C em relação à 2016.

Não circulante

Tributos Diferidos: A redução de 4,4% em relação ao ano de 2016 é decorrente da movimentação nos montantes de Uso do bem público e pelo ajuste das Ações Preferenciais Resgatáveis.

Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas: O aumento de 2,8% é decorrente do ajuste a valor presente sobre o saldo das ações preferenciais reconhecidas a valor justo de acordo com o CPC 39.

Uso do Bem Público: A redução de 4,8% foi em virtude da redução da atualização financeira (pelo IGP-M) do saldo total, combinada à transferência para o passivo circulante das parcelas inferiores a um ano e de ajustes a valor presente.

Provisões: O aumento de 8,3% é decorrente principalmente de constituições de provisões cíveis, fiscais e trabalhista, com destaque para a provisão de dois autos de infração pertinente à diferencial de alíquota de ICMS em operações interestaduais no valor de R\$1,7 milhões.

Patrimônio líquido

A redução de 3,8% em relação ao ano anterior em função da declaração de JCSP em R\$35.019.

FLUXOS DE CAIXA

| | 31/12/2018 AV | | 31/12/2017 AV | | 31/12/2016 AV | | 31/12/2015 AV | | Varição 2018-2017 | Varição 2017 | Varição 2017-2016 | Varição 2016 |
|---|---------------|-------|---------------|--------|---------------|---------|---------------|---------|----------------------|-----------------|----------------------|-----------------|
| Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais | 34.142 | -156% | 122.242 | -5761% | 202.931 | -847,3% | 146.992 | -468,4% | (88.100) | -72% | (80.689) | -40% |
| Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento | (6.145) | 28% | (8.569) | 404% | (6.641) | 27,7% | (6.099) | 19,4% | 2.424 | -28% | (1.928) | 29% |
| Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento | (49.826) | 228% | (115.795) | 5457% | (220.241) | 919,5% | (172.276) | 548,9% | 65.969 | -57% | 104.446 | -47% |
| Disponibilidades no início do exercício | 23.590 | -108% | 25.712 | -1212% | 49.663 | -207,4% | 81.046 | -258,2% | (2.122) | -8% | (23.951) | -48% |
| Disponibilidades no final do exercício | 1.761 | -8% | 23.590 | -1112% | 25.712 | -107,4% | 49.663 | -158,2% | (21.829) | -93% | (2.122) | -8% |
| Aumento (redução) nas disponibilidades | (21.829) | 100% | (2.122) | 100% | (23.951) | 100,0% | (31.383) | 100,0% | (19.707) | 929% | 21.829 | -91% |
| Aumento (redução) nas disponibilidades (%) | -92,5% | | -8,3% | | -48,2% | | -38,7% | | | | | |

Comparação do Fluxo de Caixa nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017

O fluxo de caixa das atividades operacionais apresentou diminuição de R\$88.100 ou 72,1%, entre os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017. Tal variação é explicada principalmente pela diminuição da Receita Operacional Líquida proveniente do arrendamento, bem como o aumento do pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrente do ajuste tributário das Ações preferenciais.

O fluxo de caixa das atividades de investimento apresentou diminuição de R\$2.424 ou 28,3%, explicado pelo menor nível de adições ao imobilizado intangível no ano de 2018, comparativamente a 2017.

Adicionalmente, o fluxo de caixa das atividades de financiamento apresentou diminuição de R\$65.969, ou 57,0%, entre os períodos, devido ao menor desembolso de dividendos e JCSP.

Comparação do Fluxo de Caixa nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016

O fluxo de caixa das atividades operacionais apresentou diminuição de R\$80.689 ou 39,8%, entre os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016. Tal variação é explicada principalmente pela diminuição da Receita Líquida proveniente do arrendamento.

O fluxo de caixa das atividades de investimento apresentou aumento de R\$1.928 ou 29,0%, explicado pelo maior nível de adições ao imobilizado e intangível no ano de 2017, comparativamente a 2016.

Adicionalmente, o fluxo de caixa das atividades de financiamento apresentou diminuição de R\$104.446, ou 47,4%, entre os períodos, devido ao menor desembolso de dividendos e JCSP.

Fontes e usos de recursos

A Companhia conta, principalmente, com o fluxo de caixa das operações de arrendamento para custear suas atividades operacionais e investimentos.

10.2. Comentários dos Diretores da Companhia sobre:

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

a) Resultados das operações contendo: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

A receita de arrendamento corresponde a 95,1% da receita operacional bruta da Companhia. Segue abaixo quadro resumo com os principais resultados da Companhia:

| | 2018 | 2017 | 2016 | Δ 2018 x 2017 (%) | Δ 2017 x 2016 (%) |
|-----------------|---------|---------|---------|--------------------------|--------------------------|
| Receita líquida | 144.888 | 176.791 | 278.750 | -18,0% | -36,6% |
| EBITDA | 114.210 | 145.284 | 247.567 | -21,4% | -41,3% |
| Lucro líquido | 37.918 | 47.812 | 95.399 | -20,7% | -49,9% |

A Companhia opera e mantém a UHE Lajeado, por meio de quadro próprio, capacitado e qualificado para cumprir essa missão da melhor forma possível. No ano de 2018, a geração bruta de energia foi de 3.603,6 GWh, 39,2% maior que os 2.588,6 GWh do ano de 2017. Em 2017, o montante de geração foi 12,4% inferior à energia gerada anual de 2.954,2 GWh do ano de 2016.

A Usina apresentou índice de disponibilidade médio com base na média dos últimos 60 meses de 96,1% (94,9% em 2017 e 93,2% em 2016), índice também superior ao exigido no Contrato de Concessão que é de 92,2%. Fechando a média anual em 2018 com 99,4% (98,9% em 2017 e 98,8% em 2016). Em 2018 a Usina de Lajeado alcançou seu melhor desempenho em disponibilidade média, fruto da modernização de equipamentos e dos procedimentos de manutenção implementados.

Para mais detalhes sobre o resultado das operações, vide item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

No caso da venda de energia, que representa 1% da energia gerada pela UHE Lajeado, os contratos são reajustados pela inflação (IPCA e IGMP).

Já no caso da receita de arrendamento, o cálculo é baseado na remuneração de 8,83% ao ano corrigido pelo IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo, são valores projetados. Decorrido o exercício, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo o objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente, e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Os Diretores destacam que todas as nossas operações se encontram no território nacional. A inflação afeta os negócios basicamente pelo aumento dos custos operacionais e despesas financeiras.

10.3. Comentários dos Diretores da Companhia sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Nossos Diretores entendem que nos 3 últimos exercícios sociais não ocorreram introdução ou alienação de segmento operacional.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Nos 3 últimos exercícios sociais não ocorreram constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c) Eventos ou operações não usuais

Nos 3 últimos exercícios sociais não ocorreram eventos ou operações não usuais.

10.4. Comentários dos Diretores da Companhia sobre:

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

2018

A Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2018, passou a adotar novas normas e interpretações, conforme descrito abaixo:

1) CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

Esta norma faz correlação à norma IFRS 15 e introduziu um novo modelo para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A mesma enfatiza o reconhecimento da receita como a transferência do controle de bens ou serviços aos clientes, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios, considerando qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando a receita deve ser reconhecida. O CPC 47 substituiu o CPC 30 (R1) – Receitas (IAS 18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas.

O pronunciamento requer aplicação retrospectiva e permite um dos seguintes métodos: (i) retrospectivo a cada período anterior apresentado; ou (ii) retrospectivo com efeito cumulativo da aplicação inicial na data da adoção inicial. A Companhia optou por adotar o pronunciamento usando o método retrospectivo com efeito cumulativo, cujos os impactos derivativos da adoção sendo contabilizados a partir de 1º de janeiro de 2018. Os contratos que começaram e concluíram no mesmo período de apresentação comparativa, bem como contratos que foram concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

A Companhia realizou uma análise detalhada do impacto resultante da aplicação do CPC 47, incluindo a avaliação dos cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, quais são: (i) Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes; (ii) Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato; (iii) Determinar o preço de cada tipo de transação; (iv) Alocar o preço às obrigações contidas nos contratos; e (v) Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

Adicionalmente, a norma estabeleceu um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes.

2) CPC 48 - Instrumentos Financeiros

Esta norma faz correlação à norma IFRS 9 e substituiu o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39). O CPC 48 trouxe como principais modificações: (i) requerimentos de redução ao valor recuperável (*impairment*) para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo anterior de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; e (iii) torna os requisitos para contabilidade de hedge (*hedge accounting*) menos rigorosos.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 foram aplicadas retrospectivamente, conforme requerido pela norma, todavia, a Companhia não identificou ajustes a serem realizados nas demonstrações financeiras do exercício comparativo.

A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos:

- *Classificação e mensuração*

O CPC 48 apresenta uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, sendo apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

Já para os ativos financeiros, o pronunciamento simplifica o modelo de mensuração anterior e estabelece três categorias de classificação: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Em relação à classificação dos passivos financeiros, a Companhia não possui montantes mensurados ao VJR, portanto, não houve impacto nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção da norma.

- *Redução ao valor recuperável*

O CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber.

A Administração da Companhia decidiu pela aplicação da abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em todos os créditos, resultando, quando aplicável, em uma aceleração no reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável em seus ativos financeiros, principalmente na rubrica de Concessionárias. Para os demais ativos financeiros, a Companhia não identificou impactos significativos na adoção deste pronunciamento.

- *Contabilidade de hedge (Hedge accounting)*

O CPC 48 exige que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de *hedge* estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco da Companhia e que a mesma aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*. A nova norma vem introduzir um modelo menos restritivo ao *hedge*, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de *hedge* em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco.

Em relação à contabilidade de *hedge*, as novas regras não impactaram a Companhia devido a ausência desta modalidade de instrumento financeiro.

3) Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 12/17

O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Edição do CPC 47; (ii) Edição do CPC 48; (iii) Alteração na classificação e mensuração de transações de pagamento baseado em ações do CPC 10; (iv) Alteração na transferência da propriedade para investimento do CPC 28; e (v) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo 2014 – 2016.

Em relação às revisões acima, destaca-se as alterações no CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação que trata das divulgações relativas aos instrumentos financeiros. Com a edição do CPC 48 foram incluídos no CPC 40 extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas.

A Companhia realizou uma análise para identificar os novos requerimentos de divulgação, destacando novas divulgações pertinentes nas notas explicativas de Contas a receber, Receitas e Instrumentos financeiros.

A Companhia não identificou impactos significativos decorrentes das alterações nos demais pronunciamentos.

4) ICPC 21 - Transação em Moeda Estrangeira e Adiantamento

Esta interpretação esclarece que a data da transação, para determinar a taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento inicial do item relacionado ao pagamento ou adiantamento, deve ser a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário decorrente da contraprestação antecipada. Caso haja múltiplos pagamentos ou adiantamentos, a entidade deve determinar a data da transação para cada pagamento ou recebimento. A Companhia não identificou impactos significativos decorrentes da adoção deste pronunciamento.

2017

A Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2017, passou a adotar novas normas e interpretações conforme Revisão dos Pronunciamentos Técnicos nº 10/16 emitido pelo CPC.

Esta revisão estabeleceu alterações ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, em decorrência de esclarecimentos feitos pelo IASB sobre passivos decorrentes de atividade de financiamento e o reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas, respectivamente. Em relação ao CPC 03 (R2), a Companhia introduziu divulgação adicional que permite uma avaliação sobre as mudanças ocorridas nos passivos decorrentes das atividades de financiamento. Em relação ao CPC 32, a revisão não refletiu impactos nas demonstrações financeiras.

2016

A Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2016, passou a adotar novas normas e interpretações conforme Revisão dos Pronunciamentos Técnicos nº 08/15 e nº 09/16, emitidos pelo CPC. Na opinião dos Diretores, as normas revisadas não refletiram impactos nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os Diretores da Companhia salientam que não houve mudanças significativas nas práticas contábeis em relação ao último exercício social, ou seja, o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis referentes aos 03 últimos exercícios sociais

2018

Em relação à classificação e mensuração dos ativos financeiros, conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a Companhia alterou a classificação nas rubricas relacionadas abaixo. A alteração na classificação não impactou a mensuração dos itens não havendo, assim, impacto significativo nas demonstrações financeiras:

| | Classificação CPC 38 | Classificação CPC 48 |
|--|-----------------------------|-----------------------------|
| Bancos conta movimento (Caixa e Equivalentes de caixa) | Empréstimos e recebíveis | Custo amortizado |
| Rendas a receber | Empréstimos e recebíveis | Custo amortizado |
| Concessionárias | Empréstimos e recebíveis | Custo amortizado |
| Partes relacionadas (Outros créditos) | Empréstimos e recebíveis | Custo amortizado |

2017 e 2016

Os Diretores declaram que não houve efeitos significativos decorrentes de alterações nas práticas contábeis nos exercícios sociais de 2017 e 2016.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

2018

Os Diretores salientam que as demonstrações financeiras da Companhia relativas a 31 de dezembro de 2018 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e conforme as normas internacionais de relatório financeiro, *International Financial Reporting Standards*(IFRS) emitidas pelo IASB, e que as mesmas não possuem ressalvas ou ênfases.

2017 e 2016

Os Diretores salientam que as demonstrações financeiras da Companhia relativas a 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e conforme as normas internacionais de relatório financeiro, *International Financial Reporting Standards*(IFRS) emitidas pelo IASB, e que as mesmas não possuem ressalvas ou ênfases.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimentos de receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que os Diretores da Companhia se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados e conseqüências finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Os Diretores da Companhia revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao plano de benefícios pós-emprego, que é revisado semestralmente e a conseqüente redução ao valor recuperável, a qual é revisada conforme critérios detalhados abaixo.

Os Diretores da Companhia destacam abaixo as principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras:

Redução ao valor recuperável

Em relação à redução ao valor recuperável, na opinião dos Diretores destacam-se os seguintes critérios utilizados na determinação no mesmo:

Ativo financeiro: São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando

há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro: O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se os Diretores da Companhia identificarem que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, após proceder ao teste de recuperabilidade dos ativos não financeiros, os Diretores concluíram que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

Realização dos créditos fiscais diferidos

O Imposto de renda e contribuição social diferidos foram registrados sobre diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

Os Diretores da Companhia elaboram projeções de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente. Na opinião dos Diretores a Companhia possui capacidade de realização desses créditos fiscais nos próximos exercícios.

Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

Os Diretores destacam que, conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas mostram-se imateriais e controláveis.

Vida útil do imobilizado e intangível

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015.

Benefício pós-emprego

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, a contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Anualmente, a Companhia contrata atuário independente para realização de avaliação atuarial de seus planos na modalidade de benefício definido, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado.

São reconhecidas as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação na data do balanço é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica "Outros" resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no período em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

Os Diretores salientam que as principais incertezas são as alterações nas premissas atuariais que podem acarretar impactos nas demonstrações financeiras.

Provisões

As Provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. Os Diretores destacam que as provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

Em relação às provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, as mesmas são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

Em relação aos gastos com as licenças ambientais os mesmos estão relacionados ao Projeto Básico Ambiental – PBA, ou são adicionais a este, e são reconhecidos pela melhor estimativa dos gastos. São atualizados monetariamente com base no IGP-M e revistos a cada renovação da Licença de Operação - LO.

Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os Diretores apresentam abaixo os principais critérios de reconhecimento e mensuração:

- Suprimento de energia elétrica: A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.
- Energia de curto prazo: A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.
- Arrendamentos e aluguéis: A receita de arrendamento é medida pelo valor justo da contraprestação a receber e são reconhecidas em bases mensais conforme os contratos de arrendamento.

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial

Os Diretores destacam que os valores apresentados abaixo referem-se aos montantes devidamente atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que representa o custo médio de capital (WACC) da Companhia.

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
|-------------------------------------|------------|------------|------------|
| Arrendamentos operacionais ativos | 1.557.822 | 1.663.070 | 1.738.250 |
| Arrendamentos operacionais passivos | 2.738 | 204 | 492 |

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores salientam que não existem carteiras de recebíveis não registradas nas Demonstrações Financeiras da Companhia para os exercícios findos em 2018, 2017 e 2016.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
|---|------------|------------|------------|
| Obrigações de compra com materiais e serviços | 21.332 | 39.469 | 46.741 |

iv. contratos de construção não terminada

Os Diretores salientam que não existem contratos de construção não terminados não registrados nas Demonstrações Financeiras da Companhia para os exercícios findos em 2018, 2017 e 2016.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores salientam que não existem contratos de recebimentos futuros de financiamentos não registrados nas Demonstrações Financeiras da Companhia para os exercícios findos em 2018, 2017 e 2016.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores destacam que, adicionalmente aos montantes destacados acima, a Companhia possui os seguintes itens não evidenciados em suas demonstrações financeiras:

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
|-----------------------|------------|------------|------------|
| Prêmio de risco - GSF | 312 | 297 | 272 |

10.7. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Os Diretores destacam que os montantes apresentados no item 10.6 são compromissos futuros assumidos junto à fornecedores, prestadores de serviços etc. e, quando houver a realização do serviço ou o recebimento dos produtos ou mercadorias, os montantes em questão serão registrados nas demonstrações financeiras da Companhia afetando, principalmente, os custos e despesas operacionais.

Já no caso dos arrendamentos operacionais ativos, os mesmos serão registrados como receita, mensalmente, conforme decorrido o prazo do arrendamento, ou seja, até o término da concessão.

b) Natureza e o propósito da operação

Os Diretores destacam que os valores apresentados no item 10.6 refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Os montantes envolvidos e as naturezas das operações encontram-se destacados no item 10.6.

10.8. Comentários sobre os principais elementos do plano de negócios da Companhia

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

a) Investimentos, incluindo:

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos totalizaram R\$7.925 em 2018, 11,2% inferior aos recursos destinados em 2017 que totalizaram R\$8.928. Esta redução é reflexo da menor necessidade de investimentos em reposição de máquinas e equipamento em 2018 e ainda referente ao investimento com Software de ADM em 2017.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Atualmente não existe nenhuma fonte de financiamento vinculada a novos investimentos.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui, dentre os seus ativos imobilizados compondo o Sistema de Transmissão de Conexão, R\$12.581 relativos à linha de transmissão LT 500 kV Miracema-Lajeado e a subestação SE 500/230kV Lajeado que levam a energia produzida pela Companhia até o ponto de conexão com a Rede Básica. Em 2017 eram R\$28.450 relativos ao Sistema de Transmissão de Conexão.

A ANEEL, por meio do Ofício nº 506 de 21 de julho de 2014, comunicou à Companhia acerca da realização do Leilão de Transmissão nº 004/2014 que previa a licitação do segundo circuito da LT 500kV Miracema-Lajeado dentre outras instalações, com vistas a atender a crescente demanda de carga do estado do Tocantins, nos termos do artigo nº 17 da Lei nº 9.074/95.

A ANEEL promoveu os Leilões de Transmissão nº04/2014 e nº 01/2015 em 18 de novembro de 2014 e 26 de agosto de 2015, respectivamente, todavia, não houve propostas para os respectivos ativos.

Em 13 de abril de 2016 foi realizado o Leilão de Transmissão nº 13/15-ANEEL o qual a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – Taesa sagrou-se vencedora do Lote P, o qual continha estes ativos. Em 27 de junho de 2016 a Taesa assinou o contrato de concessão sendo que a implantação e entrada em operação comercial das novas instalações está prevista para ocorrer até 27 de dezembro de 2019. Os respectivos ativos serão transferidos à transmissora, sem ônus, em até 180 dias após a efetiva entrada em operação comercial das novas instalações a serem implantadas pela transmissora.

Com base no CPC 27 - Ativo imobilizado, devido a redução do prazo de vida útil destes ativos, a Companhia iniciou o processo de aceleração da depreciação dos mesmos a partir da competência de junho de 2016, data de assinatura do contrato de concessão pela Taesa.

Conforme contrato de concessão, a transferência dos ativos para Taesa e respectiva depreciação dos ativos, estava prevista para ocorrer até dezembro de 2019. Em julho de 2018, a Companhia recebeu notificação da Taesa informando a expectativa da antecipação da transferência dos bens para o mês de junho de 2019, fazendo com que a Companhia alterasse o prazo da depreciação de dezembro de 2019 para maio de 2019.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, pois não temos nenhum plano para aquisição de planta ou equipamento para a Companhia. Para maiores informações dos nossos ativos, consulte o item 9.1 deste Formulário de Referência.

c) Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável, pois na data deste Formulário de Referência não há pesquisas em andamento ou desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

10.9. Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Segundo os Diretores da Companhia, não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção 10.

Declarações dos Diretores da Companhia

Instrução CVM 480/2009 - Artigo 25 (Incisos V e VI)

Os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer emitido pela KPMG Auditores Independentes, bem como declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia base 31.12.2018.

ANEXO III

Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2018 Item 9-1-II

(em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Informar o lucro líquido do exercício:

| Lucro Líquido (em reais) | Lucro Líquido Ajustado - LLA (em reais) |
|--------------------------|---|
| R\$37.917.842,33 | N/A |

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio, já declarados:

| | Valor bruto (em reais) | Valor por ação (em reais) | | | |
|--------------------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|
| | | Ordinária (ON) | Preferencial "A" (PNA) | Preferencial "C" (PNC) | Preferencial "R" (PNR) |
| Juros sobre o capital próprio (JSCP) | 23.687.649,20 | 0,051124 | | | 0,01223 |
| Dividendos | 12.334.301,01 | 0,023463 | 0,023463 | 0,023463 | |
| Montante global | 36.021.950,21 | 0,074587 | 0,023463 | 0,023463 | 0,01223 |

a. Juros sobre capital próprio já creditados no passivo

| | Valor bruto (em reais) | Valor por ação (em reais) | | |
|--------------------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|
| | | Preferencial "A" (PNA) | Preferencial "B" (PNB) | Preferencial "C" (PNC) |
| Juros sobre o capital próprio (JSCP) | 6.502.350,80 | 0,051124 | 0,036691 | 0,051124 |
| Montante global | 6.502.350,80 | 0,051124 | 0,036691 | 0,051124 |

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

| %Lucro Líquido (*) | %LLA |
|--------------------|------|
| 100,0% | N/A |

(*) Lucro líquido deduzido da constituição da reserva legal.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:

No exercício de 2018 a Companhia não distribuiu dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a) O valor bruto do dividendo e juros sobre capital próprio de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:

| | Valor bruto (em reais) | Valor por ação (em reais) | | |
|------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|
| | | Ordinária (ON) | Preferencial "A" (PNA) | Preferencial "C" (PNC) |
| Dividendos | 12.334.301,01 | 0,023463 | 0,023463 | 0,023463 |

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio:

O pagamento será efetuado no decorrer do exercício de 2019.

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre dividendos e juros sobre capital próprio:

Não há incidência de atualização e juros sobre os "dividendos" e sobre os "juros sobre o capital próprio".

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento:

Em relação ao montante declarado de juros sobre capital próprio, terão direito ao recebimento os acionistas na data-base de 20 de dezembro de 2018. Em relação ao montante de dividendos, terão direito ao recebimento os acionistas na data-base da Assembleia Geral Ordinária, agendada para ocorrer em 25 de abril de 2019.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou períodos menores:

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados:

Não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

b) Informar a data dos respectivos pagamentos:

Não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores:

| Tipo de ação | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|------------------------|------------|------------|------------|------------|
| Ordinária (ON) | 0,06582 | 0,08465 | 0,21616 | 0,12598 |
| Preferencial "A" (PNA) | 0,06582 | 0,08465 | 0,21616 | 0,12598 |
| Preferencial "B" (PNB) | 0,03669 | 0,03669 | 0,03669 | 0,03669 |
| Preferencial "C" (PNC) | 0,06582 | 0,08465 | 0,21616 | 0,12598 |
| Preferencial "R" (PNR) | 0,01223 | 0,01223 | 0,01223 | 0,01223 |

b) Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores:

| | Dividendos | | |
|------------------------|------------|------------|------------|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
| Ordinária (ON) | 0,01978 | 0,11921 | 0,05905 |
| Preferencial "A" (PNA) | 0,01978 | 0,11921 | 0,05905 |
| Preferencial "B" (PNB) | n/a | n/a | n/a |
| Preferencial "C" (PNC) | 0,01978 | 0,11921 | 0,05905 |
| Preferencial "R" (PNR) | n/a | n/a | n/a |

| | Juros sobre capital próprio (JSCP) | | |
|------------------------|------------------------------------|------------|------------|
| | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
| Ordinária (ON) | 0,07929 | 0,11265 | 0,07930 |
| Preferencial "A" (PNA) | 0,07929 | 0,11265 | 0,07930 |
| Preferencial "B" (PNB) | 0,03669 | 0,03669 | 0,03669 |
| Preferencial "C" (PNC) | 0,07929 | 0,112650 | 0,07930 |
| Preferencial "R" (PNR) | 0,01223 | 0,01223 | 0,01223 |

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a) Identificar o montante destinado à reserva legal:

| Reserva Legal (em reais) |
|--------------------------|
| R\$1.895.892,12 |

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal:

A Reserva Legal é constituída aplicando 5% no lucro líquido ajustado.

9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos:

Ações preferenciais classe "R" - recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% (um por cento) sobre o valor da sua respectiva participação no capital social;

Ações preferenciais classe "A" - recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% (três por cento) sobre o valor de sua respectiva participação no capital social, sem prejuízo do disposto no artigo 9º do Estatuto da Companhia;

Ações preferenciais classe "B" - recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% (três por cento) sobre o valor de sua respectiva participação no capital social;

Ações preferenciais classe "C" - recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% (três por cento) sobre o valor de sua respectiva participação no capital social;

Todas as ações preferenciais têm prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da sociedade, e, depois de reembolsadas as ações ordinárias, participação igualitária com essas últimas no rateio do excesso do patrimônio líquido que se verificar.

Nos exercícios em que o lucro for insuficiente, os dividendos das ações preferenciais de classe "A", "B" e "C", previstos nesse artigo, poderão ser pagos à conta de reservas de capital de que trata o inciso V do artigo 200 da Lei nº 6.404/76.

As ações preferenciais classe "A" e classe "C" assegurarão aos seus detentores as seguintes vantagens:

a) recebimento de dividendos previstos na alínea “b” artigo 8º, supra, e de dividendos suplementares caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que a nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;

b) prioridade no reembolso do capital, em caso de dissolução da sociedade;

c) igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultado, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos:

O lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa:

Não há parcela não paga.

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais:

| | Preferencial "A" (PNA) | Preferencial "B" (PNB) | Preferencial "C" (PNC) | Preferencial "R" (PNR) |
|--------------------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|
| Juros sobre o capital próprio (JSCP) | 832.729,96 | 189.186,15 | 5.480.434,69 | 3.125.557,87 |
| Dividendos | 382.178,39 | n/a | 2.515.225,58 | n/a |
| Montante global | 1.214.908,35 | 189.186,15 | 7.995.660,27 | 3.125.557,87 |

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

| | Preferencial "A" (PNA) | Preferencial "B" (PNB) | Preferencial "C" (PNC) | Preferencial "R" (PNR) |
|--------------------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|
| Juros sobre o capital próprio (JSCP) | 0,051124 | 0,036691 | 0,051124 | 0,01223 |
| Dividendos | 0,023463 | n/a | 0,023463 | n/a |
| Montante global | 0,074587 | 0,036691 | 0,074587 | 0,01223 |

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto:

A parcela correspondente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202 I, II, e III da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída ao acionista como dividendo anual mínimo obrigatório.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente:

O dividendo será pago integralmente.

c) Informar o montante eventualmente retido:

Não houve montante retido.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia:

a) Informar o montante da retenção:

Não houve montante retido.

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.

Não houve montante retido.

c) Justificar a retenção dos dividendos:

Não houve dividendo retido.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

a) Identificar o montante destinado à reserva:

Não houve destinação de resultado para a reserva de contingências.

b) Identificar a perda considerada provável e sua causa:

Não houve destinação de resultado para a reserva de contingências.

c) Explicar porque a perda foi considerada provável:

Não houve destinação de resultado para a reserva de contingências.

d) Justificar a constituição da reserva:

Não houve destinação de resultado para a reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar:

Não houve destinação de resultado para a reserva de lucros a realizar.

b) Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva:

Não houve destinação de resultado para a reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva:

Não houve destinação de resultado para reservas estatutárias.

b) Identificar o montante destinado à reserva:

Não houve destinação de resultado para reservas estatutárias.

c) Descrever como montante foi calculado:

Não houve destinação de resultado para reservas estatutárias.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

a) Identificar o montante da retenção

Não houve retenção de lucros.

b) Fornecer cópia do orçamento de capital

Não houve retenção de lucros.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a) Informar o montante destinado à reserva

Não houve destinação de resultado para reservas de incentivos fiscais.

b) Explicar a natureza da destinação

Não houve destinação de resultado para reservas de incentivos fiscais.

*** * ***

ANEXO IV

Informações acerca dos Conselheiros de Administração Itens 12.5 a 12.10 – Formulário de Referência Instrução CVM 480/2009

Tendo em vista o término do atual mandato do Conselho de Administração, propõe-se a eleição dos membros da administração e seus respectivos suplentes, para um novo mandato de 2 (dois) anos, ou seja, até a data de realização da Assembleia Geral que examinar as contas do exercício a findar-se em 31.12.2020.

Item 12.5.

| Nome | Data de Nascimento | Profissão | CPF ou Passaporte | Cargo eletivo ocupado | Data de Eleição Prevista | Data da Posse | Prazo do Mandato | Outros Cargos ou Funções Exercidos na Companhia | Membro Independente | Número de mandatos consecutivos |
|--|--------------------|------------|-------------------|---|--------------------------|--|------------------|---|---------------------|---------------------------------|
| Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas | 12.11.1970 | Engenheiro | 233.022.348-05 | Presidente do Conselho de Administração | AGO de 25.04.2019 | Na da data da AGO | 2 (dois) anos. | Não aplicável | Não | 2 |
| Carlos Emanuel Baptista Andrade | 24.12.1962 | Economista | 364.349.064-04 | Conselheiro de Administração (Suplente) | AGO de 25.04.2019 | Na da data da AGO | 2 (dois) anos | Não aplicável | Não | 2 |
| Luiz Otavio Assis Henriques | 03.03.1958 | Engenheiro | 024.750.768-79 | Conselheiro de Administração (Efetivo) | AGO de 25.04.2019 | Na da data da AGO | 2 (dois) anos | Diretor Presidente e de Relações com o Investidor | Não | 6 |
| Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire | 29.04.1968 | Engenheiro | 235.109.528-63 | Conselheiro de Administração (Suplente) | AGO de 25.04.2019 | Na da data da Assembleia Geral Ordinária | 2 (dois) anos | Não aplicável | Não | 1 |
| Edison Antônio Costa Britto Garcia | 16.08.1961 | Advogado | 244.897.191-91 | Conselheiro de Administração (Efetivo) | AGO de 25.04.2019 | Na da data da Assembleia Geral Ordinária | 2 (dois) anos | Não aplicável | Não | 0 |
| Luiz Eduardo Sá Roriz | 09.12.1961 | Advogado | 244.824.711-00 | Conselheiro de Administração (Suplente) | AGO de 25.04.2019 | Na da data da Assembleia Geral Ordinária | 2 (dois) anos | Não aplicável | Não | 0 |



Currículos

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas

No Brasil desde 2008, Miguel Setas assumiu, em janeiro de 2014, a Presidência da EDP Energias do Brasil. Entre 2010 e 2013, foi o Vice-Presidente responsável pelo negócio da Distribuição (CEO das empresas EDP Bandeirante e EDP Escelsa - *Subsidiárias Integrais da Emissora*) e anteriormente, durante 2 anos, o Vice-Presidente responsável pelos Novos Negócios, Comercialização e Renováveis. Entrou para o Grupo EDP (Portugal) em 2006, como Chefe de Gabinete do Presidente do Conselho de Administração Executivo da EDP Energias de Portugal (*Acionista Controladora da Emissora 51%*). Foi ainda membro da Administração da EDP Inovação (onde ainda se mantém), da Portgás e da Fundação EDP. Formou-se em Engenharia Física no Instituto Superior Técnico, em Lisboa, onde também fez o Mestrado em Engenharia Electrotécnica e de Computadores. Em 1996, fez o MBA na Universidade Nova de Lisboa. Entrou para o sector da Energia em 1998, como Diretor Corporativo da GDP - Gás de Portugal. Desde então manteve-se ligado ao sector energético, tendo sido Administrador da Setgás, entre 1999 e 2001, e Administrador Executivo da LisboaGás, entre 2000 e 2001. Até 2004, foi Diretor de Marketing Estratégico do Grupo Galp Energia. Entre 2004 e 2006 foi Administrador da CP - Comboios de Portugal. Neste período presidiu à Comissão Executiva da CP Lisboa. Começou a sua vida profissional em 1995, como Consultor na McKinsey & Company, onde desenvolveu atividade em sectores tão diversos como Energia, Banca, Seguros, Distribuição e Indústria. Foi eleito em 21 de Abril de 2015 para exercer funções como membro do Conselho de Administração Executivo da EDP Energias de Portugal. Atualmente é integrante do Conselho de Administração de empresas controladas da EDP Energias do Brasil, como Presidente do Conselho de Administração, EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A, EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A., Investco S.A. e Lajeado Energia S.A., desde 2014 e Diretor Vice-Presidente do Instituto Energias do Brasil desde 2009.

Carlos Emanuel Baptista Andrade

Graduado em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco em 1984, Programa Avançado de Gestão do IESE Business School (Barcelona) – 2008 e programas de extensão nos centros de treinamento do Chase Manhattan Bank, em Rio de Janeiro, Miami, New York City, Porto Rico e São Paulo - 1985-2002. É Diretor Vice-Presidente de Comercialização e Desenvolvimento do Negócio da EDP Energias do Brasil (Controladora da Emissora) desde abril de 2014, tendo sido anteriormente Diretor de Finanças, com responsabilidades concentradas em Finanças Estruturadas, Finanças Planning & Controls, Tesouraria, Seguros, Tax e Desenvolvimento de Negócios desde 2005. Ao longo dos últimos anos antes de entrar para a EDP, foi CEO da BrasilConnects Ecologia, uma empresa de consultoria focada no fornecimento de aconselhamento financeiro integrado e serviços ambientais para empresas e instituições financeiras, com foco nos mercados de mudanças climáticas. Ao longo de 17 anos (1985-2002), desenvolveu uma carreira sólida nos mercados financeiros nacionais e internacionais, no Chase Manhattan Bank, Chase Securities, Inc., e JPMorgan, a maioria concentrada nas áreas de Crédito, Finanças Corporativas, Merchant Banking, Project Finance e Banca de Investimento, com posições em New York (6 anos), Cidade do México (3 anos) e Caracas (1 ano), além de São Paulo. Para além do cargo de Diretor Vice-Presidente de Comercialização e Desenvolvimento do Negócio da EDP Energias do Brasil ocupou os cargos de Diretor Presidente da EDP Comercializadora, de 2014 à 2016, uma empresa de comercialização de energia que opera no mercado de energia não regulamentada brasileira. Membro do Conselho e Diretor Presidente da EDP GRID uma empresa de serviços de energia focada em eficiência energética, geração distribuída, e serviços técnicos para clientes corporativos e de serviços públicos. Presidente do Conselho Deliberativo da Enerprev, fundo de pensão dos empregados EDP Energias do Brasil e membro do Conselho de Administração de empresas controladas e participadas da EDP Energias do Brasil (empresas de distribuição e de geração de energia).

Luiz Otavio Assis Henriques

Engenheiro elétrico, licenciado em 1980 pela UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas, com Pós-graduação em Planejamento Energético e modelo de privatização britânico pela The Monfort University of Leicester – Inglaterra. Ampla experiência no setor elétrico brasileiro, com passagens pela CESP – Cia. Energética de São Paulo de 1983 a 1998 e Elektro de 2000 a 2008, no cargo de Diretor Executivo Comercial e de Suprimento de Energia. Últimas posições ocupadas: EDP Energias do Brasil S.A. (Controladora da Emissora): Diretor Vice-Presidente de



Operações de Geração, desde Maio de 2008; Diretor Vice-Presidente de Comercialização, de 2010 a 2013. É membro do Conselho de Administração da EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A. e da EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A. Ocupa os cargos de Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração nas empresas de Geração controladas e/ou participadas da EDP Energias do Brasil, quais sejam: Energest S.A., Enerpeixe S.A., Companhia Energética do Jari, Porto do Pecém Geração de Energia S.A, Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A., Porto do Pecém Operação e Manutenção S.A., Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão, e Empresa de Energia São Manoel.

Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire

Licenciado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa com intercâmbio na Alemanha e Bélgica. Últimas posições ocupadas: Diretor Vice-Presidente de Finanças da EDP Energias do Brasil desde 11.03.2015, Grupo H3 - Sócio, administrador e CEO no Brasil de abril de 2010 à 2015. KPMG Portugal - Sócio de janeiro de 2006 à abril de 2010.

Edison Antônio Costa Britto Garcia

Formado em Direito pela Universidade UNICEUB, pós-graduado em Direito Societário e Mercado de Capitais. Exerceu cargos de chefia em diversos Ministérios; atuou como Procurador Federal na Comissão de Valores Mobiliários - CVM; Superintendente/Presidente e Conselheiro da Associação de Investidores no Mercado de Capitais; Procurador na Advocacia Geral da União, IPEA, PFE/INSS, DNIT; Conselheiro do Conselho de Administração do DATAPREV; Presidente do INSS.

Luiz Eduardo Sá Roriz

Advogado, com pós-graduação em direito público. Procurador do Distrito Federal desde 03.06.1988; Consultor Jurídico da Secretária de Estado do Distrito Federal de 10.03.2009 à 31.12.2010; Diretor da Agência de Desenvolvimento- Terracap -DF.

Critério utilizado pelo emissor para determinar a independência

Letra (k) do item 12.5 da IN/CVM 480

A Emissora informa que para determinar a independência do Conselheiro utiliza o critério expresso no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3:

“Conselheiro Independente” caracteriza-se por: (i) não ter qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não ser Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (vii) não receber outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos

Letra (n) do item 12.5 da IN/CVM 480

Todos os membros indicados para o cargo de Conselheiro de Administração no item 12.5 declaram, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não houve qualquer condenação criminal, e/ou condenação em



processo administrativo da CVM, bem como, não há conhecimento de qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado qualquer Conselheiros(a) para a prática de atividade profissional ou comercial.

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

| Conselheiro | Item 12.6. Percentual de participação nas Reuniões do Conselho de Administração realizadas no último exercício após a posse no cargo |
|--|--|
| Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas | 50% |
| Carlos Emanuel Baptista Andrade (suplente) | 50% |
| Luiz Otavio Assis Henriques | 80% |
| Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire (suplente) | 20% |
| Edison Antônio Costa Britto Garcia | n/a |
| Luiz Eduardo Sá Roriz | n/a |

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não se aplica.

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Não se aplica.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

Para os fins do item 12.9 do “Formulário de Referência” (IN CVM 480/2009) não há qualquer relação conjugal, união estável ou parentesco relação de subordinação, prestação de serviço ou controle nos termos do referido item 12.9.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

Para os fins do item 12.10 do “Formulário de Referência” (IN CVM 480/2009), não há qualquer relação de subordinação, prestação de serviço ou controle nos termos do referido item 12.10.



ANEXO V

Informações acerca da Remuneração dos Administradores

Item 13 – Formulário de Referência

Instrução CVM 480/2009

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos.

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração tem como objetivo assegurar a atração e retenção de profissionais altamente qualificados e incentivar o alcance dos objetivos e a superação de metas, visando à agregação de valor à



Companhia. Todo o processo está sustentado por pesquisas constantes de mercado, qualitativa e quantitativa, conduzidas, atualmente, por empresa especializada e de renome internacional.

A Companhia dispõe de uma política de remuneração de seus Diretores. A referida política não está disponível para acesso a terceiros ou demais colaboradores, estando restrita a área de Recursos Humanos.

b. Composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração:

- Remuneração Fixa
 - Salário ou Pró-Labore: Honorário pago mensalmente, calculado conforme senioridade e complexidade da posição em questão e de acordo com as melhores práticas de mercado. O objetivo do salário, ou pró-labore, é remunerar o conselheiro pelos serviços prestados.
 - Benefícios Diretos ou Indiretos: Não se aplica.
 - Outros: Com relação aos membros do conselho de administração que recebem remuneração, são recolhidos ao INSS - Instituto Nacional do Seguro Social os valores legalmente previstos sobre sua remuneração fixa.

- Remuneração Variável (Não se aplica)

Conselho Fiscal (se instalado):

- Remuneração Fixa
 - Salário ou Pró-Labore: Honorário pago mensalmente, calculado conforme a Lei das S/As, ou seja, piso referente a 10% da média da remuneração da Diretoria. O objetivo do salário, ou pró-labore, é remunerar o conselheiro pelos serviços prestados.
 - Benefícios Diretos ou Indiretos: Não se aplica.
 - Outros: São recolhidos ao INSS os valores legalmente previstos sobre sua remuneração fixa.

- Remuneração Variável (Não se aplica)

Diretoria Estatutária:

- Remuneração Fixa
 - Salário ou Pró-Labore: Representa a remuneração fixa, paga mensalmente, calculada conforme senioridade e complexidade da posição em questão e de acordo com as melhores práticas de mercado. O objetivo do salário, ou pró-labore, é remunerar o diretor pelos serviços prestados.
 - Benefícios Diretos ou Indiretos: Representa os benefícios, assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição, seguro de vida e previdência privada. O objetivo dos benefícios diretos e indiretos é complementar a remuneração fixa dos diretores, e também é pago como uma remuneração por conta dos serviços prestados.
 - Outros: São recolhidos ao INSS os valores legalmente previstos sobre sua remuneração fixa.

- Remuneração Variável
 - Bônus: Representa a remuneração variável de curto prazo, como forma de recompensar o alcance ou superação dos objetivos da Companhia. O objetivo da remuneração variável é estimular a produtividade dos diretores e servir como remuneração adicional pelo cumprimento das metas estabelecidas e desempenho satisfatório de suas funções.

- Participação nos Resultados: Não se aplica
- Remuneração por participação em reuniões: Não se aplica
- Comissões: Não se aplica
- Outros: São recolhidos ao INSS os valores legalmente previstos sobre sua remuneração variável.

(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

| | 2018 | 2017 | 2016 |
|----------------------------------|---------------|---------------|---------------|
| Conselho de Administração | | | |
| Remuneração Fixa | 100,0% | 100,0% | 100,0% |
| Salário ou Pró-Labore | 83,3% | 83,3% | 83,3% |
| Encargos sociais | 16,7% | 16,7% | 16,7% |
| Conselho Fiscal | | | |
| Remuneração Fixa | 100,0% | 100,0% | 100,0% |
| Salário ou Pró-Labore | 83,3% | 83,3% | 83,3% |
| Encargos sociais | 16,7% | 16,7% | 16,7% |
| Diretoria Estatutária | | | |
| Remuneração Fixa | 87,0% | 84,4% | 85,3% |
| Salário ou Pró-Labore | 60,7% | 60,9% | 65,9% |
| Benefícios Diretos e Indiretos | 5,4% | 2,8% | 0,9% |
| Encargos sociais | 20,9% | 20,7% | 18,5% |
| Remuneração Variável | | 15,6% | 14,7% |
| Bônus | 13,0% | 13,6% | 13,6% |
| Encargos sociais | 0,0% | 2,0% | 1,1% |

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A política de remuneração da Companhia é analisada por meio de comparação com os valores pagos no mercado, com o objetivo de manter o nível de competitividade adequado. As pesquisas salariais são feitas por meio de metodologia da consultoria Hay Group (Korn Ferry), que classifica os cargos por pontuação de acordo com três elementos: *know-how*, processo mental e responsabilidade por resultados. A mensuração destes três fatores resulta no peso do cargo. Tal metodologia permite mensurar a importância e a complexidade relativas aos resultados esperados do cargo. Essa comparação é realizada anualmente pela Companhia.

Para a remuneração fixa, é determinada uma tabela salarial com referência mínima, média e máxima, de forma que seja competitiva com o nosso mercado referência.

Para a remuneração variável, após a análise dos dados de mercado, definimos o valor *target* de bônus / PLR para cada um dos níveis hierárquicos.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

Além de garantir a competitividade e atratividade da Companhia, visa aumentar o valor da mesma.

Os objetivos da remuneração variável são: criação de vínculos entre o desempenho e a recompensa e compartilhamento dos resultados da empresa. A metodologia está totalmente ligada ao desempenho do negócio e do colaborador, ou seja, quanto mais o mesmo esteja comprometido com seus resultados diretos e indiretos, melhor será o desempenho da Companhia, conseqüentemente a recompensa financeira.



Para verificar a forma de apuração do cumprimento de metas e a metodologia de cálculo da remuneração variável, por favor, reporte-se aos itens 13.1 (c) e 13.1 (d).

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há remuneração aos Conselheiros de Administração e alguns membros da Diretoria Estatutária indicados pela acionista controladora direta Lajeado Energia S.A. e indireta EDP – Energias do Brasil, tendo em vista que referida remuneração já é suportada pelas referidas controladoras e/ou por empresas pertencentes ao mesmo Grupo.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Performance do Negócio face aos objetivos fixados relativamente a rentabilidade, satisfação dos clientes, acionistas e colaboradores, imagem da empresa e responsabilidade social. Segue KPIs (“Key Performance Indicator”) do Grupo EDP – Energias do Brasil para apuração do cálculo de Remuneração Variável:

- a) **EBITDA**, entendido como indicador que mede o potencial de geração de caixa do negócio, obtido pelo lucro, antes de juros, impostos, depreciação e amortização;
- b) **Custos Operacionais**, entendido como o indicador que mede os gastos com despesas operacionais (OPEX, pessoal, material, serviços, outros);
- c) **Resultado Líquido**, entendido como o lucro da Companhia;
- d) **CAPEX**, entendido como o índice que mede os investimentos nas empresas;
- e) **Cash-Flow Operacional**, entendido como o indicador que mensura o fluxo de caixa operacional.

d. Estrutura da remuneração para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração fixa da administração não sofre impacto conforme a evolução dos indicadores de desempenho. Portanto, a evolução de tais indicadores não incrementa o salário, o pró-labore, os benefícios diretos e indiretos, tampouco a remuneração por participação em comitês.

Quanto ao bônus e a participação nos resultados, que fazem parte da remuneração variável das diretorias, seu pagamento está diretamente ligado ao alcance, pela Companhia, de metas estabelecidas. Conforme são atingidas as metas atreladas aos indicadores de desempenho, parcelas do resultado da Companhia são direcionadas ao pagamento da remuneração variável. Quanto maior a evolução dos indicadores de desempenho, maior é a porção do resultado da Companhia que será destinada ao pagamento das remunerações variáveis dos diretores.

Com base em avaliações individuais dos diretores, e parâmetros técnicos pré-estabelecidos, é realizada a divisão e pagamento da remuneração variável.

e. Relação entre a política ou prática de remuneração e os interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

A política de remuneração utilizada, baseada em uma componente fixa e em outra variável, almeja alinhar a atividade de nossos colaboradores com os objetivos da Companhia, como, por exemplo, o aumento de seu valor de mercado e de sua sustentabilidade. A componente fixa pretende tornar atrativa a adesão e manutenção de profissionais qualificados, enquanto a componente variável, por ser estabelecida com base em indicadores de desempenho alinhados aos objetivos da Companhia, incentiva a superação individual para que a Companhia atinja as metas traçadas por sua administração.

Destacamos que o valor da remuneração variável é diretamente atrelado ao Resultado Individual (RI), que é apurado em função do cumprimento, pelo colaborador, de metas estratégicas, traçadas pela administração da Companhia para atingir seus objetivos de crescimento de curto e médio prazo. Logo, entendemos que quanto melhor o Resultado Individual do colaborador, maior será sua contribuição para cumprimento dos objetivos e interesses da Companhia, conseqüentemente maior será sua remuneração variável.

f. Remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Com relação ao Conselho fiscal, não há remuneração, tanto fixa quanto variável, suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Quanto ao Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, parte de seus membros recebem totalmente ou parte de sua remuneração de empresas subsidiárias da Companhia (conforme detalhado no item 13.15).

Identificamos, na tabela a seguir, as componentes da remuneração que são suportadas parte pela Companhia e parte por sua controladora indireta ou empresas sob controle comum:

| | Investco | EDP – Energias do Brasil | EDP - Comercializadora | Energis | EDP PCH | Cachoeira Caldeirão |
|--|-----------|--------------------------|------------------------|----------------|----------------|---------------------|
| | Companhia | Controladora indireta | Controle comum | Controle comum | Controle comum | Controle comum |
| Remuneração Fixa | | | | | | |
| Salário ou Pró-Labore | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Benefícios Diretos ou Indiretos | Não | Sim | Sim | Sim | Não | Não |
| Remuneração por participação em comitês | Não | Não | Não | Não | Não | Não |
| Outros | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Remuneração Variável | | | | | | |
| Bônus | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |
| Participação nos Resultados | Não | Não | Não | Não | Não | Não |
| Remuneração por participação em reuniões | Não | Não | Não | Não | Não | Não |
| Comissões | Não | Não | Não | Não | Não | Não |
| Outros | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim | Sim |

g. Remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários

Não há remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários.

13.2 Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria da Companhia reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e prevista para o exercício social de 2019.

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2019 - Valores Anuais

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|------------------------------|------------------------------|------------------------------|------------------|
| Nº total de membros | 3,00 | 7,00 | 5,00 | 15,00 |
| Nº de membros remunerados | 1,00 | 3,00 | 5,00 | 9,00 |
| Remuneração fixa anual | 80.000 | 783.485 | 157.500 | 1.020.985 |
| Salário ou pró-labore | 66.667 | 577.308 | 131.250 | 775.225 |
| Benefícios direto e indireto | | 44.531 | | 44.531 |
| Participações em comitês | | | | 0 |
| Outros | 13.533 | 161.646 | 26.250 | 201.230 |
| Descrição de outras remunerações fixas | Refere-se a encargos sociais | Refere-se a encargos sociais | Refere-se a encargos sociais | |
| Remuneração variável | 0 | 172.515 | 0 | 172.515 |
| Bônus | | 134.777 | | 134.777 |
| Participação de resultados | | | | 0 |
| Participação em reuniões | | | | 0 |
| Comissões | | | | 0 |
| Outros | | 37.738 | | 37.738 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | | Refere-se a encargos sociais | | 0 |
| Pós-emprego | | | | 0 |
| Cessaçã o do cargo | | | | 0 |
| Baseada em ações, incluindo opções | | | | 0 |
| Observaçã o | | | | 0 |
| Total da remuneração | 80.000 | 956.000 | 157.500 | 1.193.500 |

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|------------------------------|------------------------------|------------------------------|------------------|
| Nº total de membros | 3,00 | 7,00 | 5,00 | 15,00 |
| Nº de membros remunerados | 1,00 | 2,92 | 5,00 | 8,92 |
| Remuneração fixa anual | 76.003 | 734.409 | 149.976 | 960.388 |
| Salário ou pró-labore | 63.336 | 512.320 | 124.980 | 700.636 |
| Benefícios direto e indireto | | 45.390 | | 45.390 |
| Participações em comitês | | | | 0 |
| Outros | 12.667 | 176.700 | 24.996 | 214.363 |
| Descrição de outras remunerações fixas | Refere-se a encargos sociais | Refere-se a encargos sociais | Refere-se a encargos sociais | |
| Remuneração variável | 0 | 110.296 | 0 | 110.296 |
| Bônus | | 110.296 | | 110.296 |
| Participação de resultados | | | | 0 |
| Participação em reuniões | | | | 0 |
| Comissões | | | | 0 |
| Outros | | | | 0 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | | | | 0 |
| Pós-emprego | | 0 | | 0 |
| Cessaçã o do cargo | | | | 0 |
| Baseada em ações, incluindo opções | | | | 0 |
| Observaçã o | | | | 0 |
| Total da remuneração | 76.003 | 844.705 | 149.976 | 1.070.685 |

| Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais | | | | |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|------------------|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| Nº total de membros | 3 | 6,33 | 5 | 14,33 |
| Nº de membros remunerados | 1 | 3,17 | 4,5 | 8,67 |
| Remuneração fixa anual | 76.003 | 692.114 | 129.062 | 897.179 |
| Salário ou pró-labore | 63.336 | 499.274 | 107.552 | 670.162 |
| Benefícios direto e indireto | | 22.662 | | 22.662 |
| Participações em comitês | | | | 0 |
| Outros | 12.667 | 170.178 | 21.510 | 204.355 |
| Descrição de outras remunerações fixas | | | | 0 |
| Remuneração variável | 0 | 128.247 | 0 | 128.247 |
| Bônus | | 111.970 | | 111.970 |
| Participação de resultados | | | | 0 |
| Participação em reuniões | | | | 0 |
| Comissões | | | | 0 |
| Outros | | 16.277 | | 16.277 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | | | | 0 |
| Pós-emprego | | | | 0 |
| Cessaçã o do cargo | | | | 0 |
| Baseada em ações, incluindo opções | | | | 0 |
| Observação | | | | 0 |
| Total da remuneração | 76.003 | 820.361 | 129.062 | 1.025.426 |

| Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais | | | | |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|------------------|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| Nº total de membros | 5 | 7 | 5 | 17 |
| Nº de membros remunerados | 1 | 3 | 5 | 9 |
| Remuneração fixa anual | 76.003 | 668.709 | 145.422 | 890.134 |
| Salário ou pró-labore | 63.336 | 517.009 | 121.185 | 701.530 |
| Benefícios direto e indireto | | 6.937 | | 6.937 |
| Participações em comitês | | | | 0 |
| Outros | 12.667 | 144.763 | 24.237 | 181.667 |
| Descrição de outras remunerações fixas | | | | 0 |
| Remuneração variável | 0 | 115.427 | 0 | 115.427 |
| Bônus | | 106.877 | | 106.877 |
| Participação de resultados | | | | 0 |
| Participação em reuniões | | | | 0 |
| Comissões | | | | 0 |
| Outros | | 8.550 | | 8.550 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | | | | 0 |
| Pós-emprego | | | | 0 |
| Cessaçã o do cargo | | | | 0 |
| Baseada em ações, incluindo opções | | | | 0 |
| Observação | | | | 0 |
| Total da remuneração | 76.003 | 784.136 | 145.422 | 1.005.561 |

13.3 Remuneração variável do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal nos últimos três exercícios sociais da Companhia e remuneração variável prevista para o exercício social corrente

Remuneração Variável prevista para o exercício social corrente – 2019 (R\$)

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|-----------------------------------|---------------------------|-----------------------|-----------------|-------|
| Nº total de membros | 3,00 | 7,00 | 5,00 | 15,00 |
| Nº total de membros remunerados | 0,00 | 3,00 | 0,00 | 3,00 |
| Bônus | | | | |
| Valor mínimo previsto no Plano de | n/a | 0 | n/a | 0 |

| | | | | |
|---|-----|---------|-----|---------|
| Remuneração | | | | |
| Valor máximo previsto no Plano de Remuneração | n/a | 202.166 | n/a | 202.166 |
| Valor previsto no Plano de Remuneração, caso as metas sejam atendidas | n/a | 134.777 | n/a | 134.777 |
| Participação nos resultados | | | | |
| Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração | n/a | n/a | n/a | n/a |
| Valor máximo previsto no Plano de Remuneração | n/a | n/a | n/a | n/a |
| Valor previsto no Plano de Remuneração, caso as metas sejam atendidas | n/a | n/a | n/a | n/a |

Remuneração Variável – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 (R\$)

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---|---------------------------|-----------------------|-----------------|---------|
| Nº total de membros | 3,00 | 7,00 | 5,00 | 15,00 |
| Nº total de membros remunerados | 0,00 | 2,92 | 0,00 | 2,92 |
| Bônus | | | | |
| Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração | n/a | 0 | n/a | 0 |
| Valor máximo previsto no Plano de Remuneração | n/a | 195.000 | n/a | 195.000 |
| Valor previsto no Plano de Remuneração, caso as metas sejam atendidas | n/a | 130.000 | n/a | 130.000 |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social | n/a | 110.296 | n/a | 110.296 |
| Participação nos resultados | | | | |
| Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração | n/a | n/a | n/a | n/a |
| Valor máximo previsto no Plano de Remuneração | n/a | n/a | n/a | n/a |
| Valor previsto no Plano de Remuneração, caso as metas sejam atendidas | n/a | n/a | n/a | n/a |

Remuneração Variável – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 (R\$)

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---|---------------------------|-----------------------|-----------------|-------|
| Nº total de membros | 3,00 | 6,33 | 5,00 | 14,33 |
| Nº total de membros remunerados | 1,00 | 3,17 | 4,50 | 8,67 |
| Bônus | | | | |
| Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração | n/a | 0 | n/a | 0 |

| | | | | |
|---|-----|---------|-----|---------|
| Valor máximo previsto no Plano de Remuneração | n/a | 187.104 | n/a | 187.104 |
| Valor previsto no Plano de Remuneração, caso as metas sejam atendidas | n/a | 124.736 | n/a | 124.736 |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social | n/a | 111.970 | n/a | 111.970 |
| Participação nos resultados | | | | |
| Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração | n/a | n/a | n/a | n/a |
| Valor máximo previsto no Plano de Remuneração | n/a | n/a | n/a | n/a |
| Valor previsto no Plano de Remuneração, caso as metas sejam atendidas | n/a | n/a | n/a | n/a |

Remuneração Variável – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 (R\$)

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|---|---------------------------|-----------------------|-----------------|---------|
| Nº total de membros | 3,00 | 7,00 | 5,00 | 15,00 |
| Nº total de membros remunerados | 1,00 | 3,00 | 5,00 | 9,00 |
| Bônus | | | | |
| Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração | n/a | - | n/a | - |
| Valor máximo previsto no Plano de Remuneração | n/a | 182.165 | n/a | 182.165 |
| Valor previsto no Plano de Remuneração, caso as metas sejam atendidas | n/a | 121.443 | n/a | 121.443 |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social | n/a | 115.427 | n/a | 115.427 |
| Participação nos resultados | | | | |
| Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração | n/a | n/a | n/a | n/a |
| Valor máximo previsto no Plano de Remuneração | n/a | n/a | n/a | n/a |
| Valor previsto no Plano de Remuneração, caso as metas sejam atendidas | n/a | n/a | n/a | n/a |

13.4. Informações relacionadas ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.5. Informações relacionadas à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.6. Informações sobre opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.8. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5. a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão (JURIDICO SOCIETARIO)

| Empresa | Valor Mobiliário (Ação exceto quando indicado de foram diferente) | Quantidade de Valores Mobiliários | | |
|--------------------------|---|-----------------------------------|-----------|-----------------|
| | | Conselho de Administração | Diretoria | Conselho Fiscal |
| Investco S.A. | ON | 2(*) | 0 | 0 |
| Lajeado Energia | ON | 3(*) | 0 | 0 |
| EDP - Energias do Brasil | ON | 22.500 | 5.500 | 0 |

(*) O Diretor Presidente da Companhia também ocupa cargo no Conselho de Administração, sendo que suas participações em quotas e/ou ações são computadas como ações detidas por Membros do Conselho.

13.10. Informações relacionadas aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável. Os conselheiros da administração e diretores estatutários não possuem plano de previdência oferecido pela Companhia.

13.11. Remuneração Fixa do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal relativa aos últimos três exercícios sociais.

| | Diretoria Estatutária | | | Conselho de Administração | | | Conselho Fiscal | | |
|------------------------------------|-----------------------|------------|------------|---------------------------|------------|------------|-----------------|------------|------------|
| | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Nº Total de membros | 7,00 | 6,33 | 7,00 | 3,00 | 3,00 | 3,00 | 5,00 | 5,00 | 5,00 |
| Nº de membros remunerados | 2,92 | 3,17 | 3,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 5,00 | 4,50 | 5,00 |
| Valor da maior remuneração (Reais) | 249.460 | 330.619 | 321.258 | 76.003 | 76.003 | 76.003 | 29.995 | 29.995 | 29.084 |
| Valor da menor remuneração (Reais) | 155.830 | 20.150 | 201.511 | 76.003 | 76.003 | 76.003 | 29.995 | 9.082 | 29.084 |
| Valor Média da remuneração (Reais) | 289.613 | 258.789 | 261.379 | 76.003 | 76.003 | 76.003 | 29.995 | 28.680 | 29.084 |

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia)

Não é aplicado.

13.13 Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

| | 2018 | 2017 | 2016 |
|---------------------------|------|------|------|
| Conselho de Administração | n/a | n/a | n/a |
| Diretoria | n/a | n/a | n/a |
| Conselho Fiscal | n/a | n/a | n/a |

13.14 Informações dos últimos 3 exercícios sociais sobre os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

| | 2018 | 2017 | 2016 |
|---------------------------|------|------|------|
| Conselho de Administração | n/a | n/a | n/a |
| Diretoria | n/a | n/a | n/a |
| Conselho Fiscal | n/a | n/a | n/a |

13.15 Informações dos últimos 3 exercícios sociais sobre os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

2018

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|-----------------------------------|---------------------------|-----------------------|-----------------|-----------|
| Controladores diretos e indiretos | 0 | 982.560 | n/a | 982.560 |
| Controladas do emissor | n/a | n/a | n/a | n/a |
| Sociedades sob controle comum | 0 | 2.345.762 | n/a | 2.345.762 |

2017

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|-----------------------------------|---------------------------|-----------------------|-----------------|-----------|
| Controladores diretos e indiretos | 0 | 1.506.460 | n/a | 1.506.460 |
| Controladas do emissor | n/a | n/a | n/a | n/a |
| Sociedades sob controle comum | 0 | 2.633.335 | n/a | 2.633.335 |

2016



| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|-----------------------------------|---------------------------|-----------------------|-----------------|-----------|
| Controladores diretos e indiretos | 0 | 1.393.541 | n/a | 1.393.541 |
| Controladas do emissor | n/a | n/a | n/a | n/a |
| Sociedades sob controle comum | 0 | 3.725.517 | n/a | 3.725.517 |

2015

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|-----------------------------------|---------------------------|-----------------------|-----------------|-----------|
| Controladores diretos e indiretos | 0 | 1.408.907 | n/a | 1.408.907 |
| Controladas do emissor | n/a | n/a | n/a | n/a |
| Sociedades sob controle comum | 0 | 3.194.619 | n/a | 3.194.619 |

13.16 Outras Informações Relevantes

Adicionalmente às informações prestadas acima, a Companhia entende não haver informações relevantes e/ou adicionais que devem ser prestadas neste item 13 do Formulário de Referência.



ANEXO VI

Proposta de Alteração do Jornal de Grande Circulação em que a Companhia realiza suas publicações legais

Considerando o encerramento da circulação do “Jornal do Tocantins” no Estado do Tocantins, e que a Companhia adotava o referido jornal para suas publicações legais, para além do jornal “Diário Oficial do Estado do Tocantins”, e considerando a mudança para o “Jornal Valor Econômico” aprovada, em caráter excepcional pelo Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, propõe-se a alteração do jornal de Grande Circulação em que a Companhia realiza suas publicações legais, quais sejam:

- ✓ “Diário Oficial do Estado do Tocantins” (*manutenção*)
- ✓ “Valor Econômico” (**em substituição ao Jornal do Tocantins**)